

Relato da Diretoria da AdUFRJ sobre o 37º  
Congresso do ANDES-SN

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>3</b>
<b>Sobre a organização e a metodologia dos debates no Congresso .....</b>	<b>6</b>
Temas e Teses.....	6
<b>Temas específicos .....</b>	<b>8</b>
Carreira Docente nas IFES.....	8
Política de Ciência e Tecnologia .....	9
Assedio .....	11
Cotas.....	13
Meio Ambiente .....	14
Desdobramentos .....	15

## Introdução

Entre os dias 22 e 28 de janeiro, Salvador hospedou o 37º congresso do ANDES-SN, um dos sindicatos nacionais de professores. A AdUFRJ compareceu em peso com seus 25 delegados e observadores, a maior delegação de sua história. Ao chegar na Universidade Estadual da Bahia (UNEB) para o 37º Congresso do ANDES-SN, um evento nacional com a presença de mais de 500 docentes de instituições de ensino superior do país, a delegação da UFRJ tinha um caráter no mínimo heterogêneo. Alguns poucos eram “veteranos” do Congresso, com presença em outras edições, mas muitos de nós, inclusive boa parte da própria direção da AdUFRJ, eram marinheiros de primeira viagem e não sabiam bem o que esperar.

Isso, pode ser interpretado como um vício ou uma virtude. Com certeza, nossa articulação para exercer uma influência nas decisões do congresso foi menor do que poderia ter sido com um pouco mais de experiência. Por outro lado, como viríamos a descobrir trocando impressões, isso nos concede uma visão crítica do evento e do *modus operandi* do ANDES-SN que talvez nos tivesse faltado de outra forma.

A divisão entre “veteranos” do movimento sindical e participantes mais novatos também vale para o Congresso como um todo. A maior parte dos presentes na UNEB, a julgar pelas conversas, parece se enquadrar na primeira categoria. O próprio tamanho avantajado da diretoria do ANDES-SN, aliás – para concorrer à diretoria, uma chapa precisa contar com nada menos de 83 membros –, faz com que esta tenha um peso importante dentro do Congresso. Dito isso, vários dos presentes dão a impressão de não ter a mesma experiência, transitando um pouco perdidos pelos grupos e plenárias.

A rotina do Congresso é, para não usar meias palavras – massacrante. O evento já parecia longo no programa oficial, que previa entre 7 e 11 horas diárias de atividades durante 6 dias. Na prática, porém, os trabalhos se revelariam muito mais intensos. As sessões podem ser estendidas por até uma hora em sua duração todos os dias – e na prática, não houve nenhum deles em que isso não ocorreu. Ainda assim, chegamos a plenária final com cerca de 1 dia e meio de atraso em relação ao programa – o que fez com que o final do evento, programado para as 16h de sábado, ocorresse às 3h da madrugada de domingo, já que esta era a única sessão sem limite de prorrogação.

A duração imprevisível das plenárias está intimamente ligada à metodologia de trabalho. Por um lado, o sistema é extremamente democrático, no sentido de permitir o envio de textos por qualquer sindicalizado e tentar garantir falas para o máximo de pessoas possível. Por outro, porém, ele faz com que o evento ganhe um escopo tão grande – em conteúdo, extensão e número de presentes – que torna muito difícil que qualquer indivíduo – ou mesmo uma delegação individual como a da AdUFRJ – consiga influir muito no rumo das decisões.

A impressão de que o Congresso seria longo se fazia clara já no primeiro dia, em que após uma apresentação da escola de tambores do Olodum, a mesa de abertura seria composta com quase 20 pessoas, incluindo a direção do ANDES e representantes de universidades como a UNEB e a UFBA, de entidades sindicais como FENASPS e SINASEFE, de associações estudantis como a UNE e a FENET, e movimentos sociais como o MTST, e da central sindical CSP-Conlutas. Este último,

aliás, faria a fala mais controversa da abertura, pedindo a prisão de “todos os corruptos de direita e esquerda”, numa clara alusão ao julgamento do ex-presidente Lula no dia seguinte, em um discurso que amalhou uma mistura de aplausos esparsos com vaias e gritos de “golpista”.

Nas demais falas, mais consenso, mas pouca ênfase na universidade. Boa parte dos oradores faz mais menções à luta de classes, ao neoliberalismo e à necessidade de construção de uma greve geral do que a questões próprias ao ensino superior. A impressão é reiterada pelo discurso da diretora do ANDES-SN, Eblin Farage, que saúda os 200 anos do nascimento de Karl Marx, os 170 anos do manifesto comunista, os 100 anos da reforma universitária de Córdoba, além de “lembrar, sem comemorar” os 30 anos da constituição de 88 – que ela ressalta que foi considerada “regressiva” por partes da esquerda brasileira.

Após isso, ela exalta o ANDES como um sindicato classista, combativo e autônomo de governos, partidos e organizações centrais, e ressalta que o ano já começa com greve – no caso, na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Por fim, declara aberto o Congresso, o que faz com que caia uma tela com uma bandeira da União Soviética, que serve para a projeção da letra da Internacional Socialista. Ao longo das quatro estrofes do hino, várias pessoas cantam animadas, enquanto outras, menos acostumadas com o ritual, simplesmente acompanham com certa perplexidade.

A plenária do primeiro dia, que tratava do tema da Centralidade da Luta, ainda se mostraria particularmente esclarecedora em deixar evidentes para quem estava ali pela primeira vez as divergências manifestas dentro do próprio ANDES. Dito isso, elas não pareçam ser novas; pelo contrário, boa parte das falas parece remeter ao racha ocorrido em 2004, em que a disputa sobre a adesão ou não ao governo Lula – e com ela, a permanência nas centrais sindicais favoráveis ao mesmo – levou a um racha interno que culminaria com a debandada de diversas associações docentes para o então recém-fundado PROIFES.

As alfinetadas mútuas dos defensores da filiação ao CSP-Conlutas, que integram a direção do ANDES desde então, com a sua oposição, centrada em torno do movimento Renova ANDES, são constantes. Os primeiros são acusados pelos últimos por estarem aliadas a uma central sindical sectária liderada pelo PSTU, que fez parte do “flanco esquerdo do golpe” em 2016 com seu “Fora Todos”. Já os últimos são acusados de representarem uma ala “pelega” ligada ao PT e a CUT, que teria recuado da greve geral de junho de 2016 após negociações de seus dirigentes com o governo em nome do imposto sindical.

A oposição das duas forças se dá tanto nas falas como nos textos e moções a serem aprovados – frequentemente nem tão diferentes entre si, exceto em pequenos pontos e ênfases que parecem fazer questão de ressaltar as diferenças. Isso leva a argumentações vigorosas em torno de pontos de divergência que, apesar de parecerem pequenos nos textos, remetem repetidamente às divergências da última década e meia. Nas votações, a direção invariavelmente é vitoriosa, mas a sensação é de que se poderia poupar tempo e esforço juntando forças em prol das causas comuns, que nesse momento parecem mais numerosas do que as diferenças.

Nos dois dias subsequentes, as plenárias dariam lugar aos grupos mistos com cerca de 20 a 40 pessoas cada, que têm a tarefa de debater os textos enviados ao Congresso, podendo aprová-los, suprimi-los ou propor modificações. Novamente, o

formato é extremamente democrático no papel, com todos os grupos discutindo todos os 66 textos presentes no Caderno de Textos e em seu anexo. Além disso, qualquer pessoa presente pode propor qualquer modificação em qualquer um dos textos. Na prática, porém, a forma de organização acaba limitando as possibilidades de participação.

Em primeiro lugar, não é possível aos participantes buscarem temas de sua afinidade – os grupos são sorteados, e todos eles devem tentar discutir todos os textos. Na prática, porém, quase nunca há tempo para cumprir a pauta, e vários textos acabam sendo discutidos em pouquíssimos grupos antes do envio para a plenária. Por fim, a onipresença da diretoria do ANDES – que envia dois ou três representantes para cada grupo, além de vários de seus simpatizantes –, faz com que as propostas pré-definidas da diretoria em relação aos textos raramente sejam rejeitadas, já que o restante do grupo dificilmente possui organização interna para se contrapor aos encaminhamentos.

Afora isso, a possibilidade quase infinita de mudanças nos textos – várias das quais se prendem a detalhes semânticos como utilizar “pautar” ou “propor”, “sobre o tema” ou “sobre este tema” e assim por diante. Além disso, há longas discussões sobre a metodologia e a sistemática de votação de cada proposta. Com isso, vários dos textos acabam ficando de fora da discussão ou discutidos às pressas, enquanto que muito tempo é perdido em. Ainda assim, a discussão dentro dos grupos propicia um espaço de diálogo mais tranquilo e menos inflamado do que as plenárias. Dito isso, provavelmente seria mais prolífico se cada delegado pudesse optar por participar das discussões de temas sobre os quais sente que pode contribuir mais.

Após uma manhã livre – que deveria coincidir com o dia após a festa do evento, antes desta ser transferida devido ao julgamento de Lula em Porto Alegre, o que fez com que a direção avaliasse que o dia não se prestaria a uma comemoração – começam as plenárias. Nestas, todos os textos aprovados em algum grupo, mesmo que minoritariamente, são votados novamente por todo o Congresso – e ainda são sujeitos a modificações adicionais, geralmente para tentar conciliar diferentes versões. Com mais de 400 delegados, e dezenas de textos, alguns deles com dezenas de subpontos a serem apreciados, a metodologia beira o infactível. Não por acaso, a discussão do Tema II – que deveria ocorrer nas 6 horas de plenária de quinta-feira, se estende até a manhã de sábado.

Algumas discussões são inflamadas – como a intervenção da AdUFRJ na defesa da Academia Brasileira de Ciências e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – injustamente acusadas de “apoiarem o golpe e a PEC do teto de gastos” por um colega – que depois justificaria inacreditavelmente a acusação mencionando uma fala da ex-presidente da SBPC no Congresso Nacional dizendo que “entendia a necessidade de um ajuste fiscal”. Para os que escutaram, fica a impressão de que qualquer tentativa de diálogo com a classe política é mal vista por boa parte do ANDES-SN, o que infelizmente limita bastante o poder de ação do mesmo como sindicato.

Afora uma ou outra discussão mais acirrada, no entanto, o tom é majoritariamente cordial, e ao nos aproximarmos do fim da pauta, a impressão que fica é menos de beligerância do que de desorganização. Com uma quantidade gigantesca de textos a serem votados no último dia, o encerramento da última plenária – a única que não tem data ou hora para acabar, é prorrogado primeiro das

16h para as 21h, e mais tarde das 21h para as 4h do dia seguinte. Quando o Congresso finalmente se encerra, por volta das 3 da manhã, são poucos os que permanecem – incluindo aí alguns valorosos representantes da AdUFRJ.

Entre as votações das dezenas de textos no último dia, ainda cabem as apresentações das duas chapas que concorrerão na próxima eleição para a diretoria – o ANDES Autônomo e de Luta, representando a continuidade da atual gestão, alinhada com o PSOL e o PCB, e o Renova ANDES, alinhado ao PT e ao PCdoB. Ainda é realizada a aprovação de nomes para a comissão eleitoral, que exige um esforço enorme para contar manualmente os votos de cada candidato através do método de levantamento de crachás (ao contrário da maior parte das votações, nesta são necessários números exatos). Também é feita a eleição da sede do próximo Congresso, que acaba com uma vitória apertada de Belém-PA sobre João Pessoa-PB.

Se a AdUFRJ estiver presente no próximo ano – e mais do que isso, se quiser ter um papel mais decisivo nas resoluções do Congresso – este terá de ser um ano de reflexão. Reflexão sobre como otimizar a metodologia para ampliar as possibilidades de participação de associações não alinhadas à diretoria. Sobre como articular-se com outras associações para conseguir propor pautas em comum de maneira menos fragmentária. E acima de tudo, sobre como superar a medida de forças entre as esquerdas dentro do próprio Congresso para construir lutas de consenso que dialoguem com os demais setores da sociedade.

Pois, mais do que discutir o Congresso em si, a impressão que fica é que temos que discutir porque ele parece tão distante do mundo lá fora, e inclusive da própria universidade. Em 6 dias, ouvimos poucas vezes a palavra “professor”, submersa em meio aos ‘trabalhadores” e “companheiros” da luta de classes. Ciência e tecnologia, então, soam quase como elitismo. E o problema não é apenas o fato de que vários de nós não se sintam representados no discurso. O problema é que o discurso é por vezes tão afastado da realidade política e econômica do país que limita as possibilidades de diálogo do ANDES com a classe política, com a população, e por vezes com as próprias universidades.

Se queremos um sindicato mais inclusivo, teremos que ir além da oposição sectária e dos rachas internos para ir atrás de consensos – mesmo que estes tenham que atravessar divergências importantes de pensamento. Só com uma união maior em torno de nossas causas comuns – que, num tempo de pesados ataques às universidades públicas, são inúmeras – teremos alguma chance de influenciar o mundo lá fora, ao invés de nos limitarmos a disputar vitórias internas. Se uma impressão fica de Salvador, é que ainda há muito trabalho a ser feito.

## **Sobre a organização e a metodologia dos debates no Congresso**

### **Temas e Teses**

Durante o 37º Congresso do ANDES foram apresentadas 66 teses – textos para serem apreciados nos 12 grupos de trabalho (chamados grupos mistos) formados pelos próprios dirigentes do Congresso – e suas respectivas TRs, propostas de resoluções encaminhadas para deliberação nas plenárias, depois de aprovadas nos

referidos grupos . No documento distribuído previamente às sessões sindicais, as teses, ou seja, os textos de apoio que fundamentavam as TRs, já se encontravam classificadas em quatro temas: I) movimento docente, conjuntura e centralidade da luta; II) políticas sociais e plano geral de lutas; III) plano de lutas dos setores ; e IV) questões organizativas e financeiras.

Na plenária do tema I, após mais de 50 intervenções , os congressistas aprovaram a centralidade da luta para 2018: “Fortalecer a unidade de ação com os setores dispostos a barrar e revogar as contrarreformas. Construir as lutas e a greve do funcionalismo público federal, estadual e municipal em defesa da educação e dos serviços públicos e da garantia de direitos, rumo a uma nova greve geral. Fora Temer. Nenhum direito a menos” . Por *centralidade da luta* entende-se a linha orientadora das ações a serem desenvolvidas no cotidiano subsequente ao Congresso.

Não obstante, é o tema II que engloba os principais pontos da agenda do sindicato: as políticas de formação sindical; ciência & tecnologia; seguridade social e assuntos de aposentadoria; educacional; de classe para questões étnico-raciais, de gênero e diversidade sexual; de comunicação e arte; agrária, urbana e ambiental. No âmbito desses módulos se encaixam os debates que a conjuntura suscita, como mudanças na carreira docente, a regulamentação do marco legal de C&T, a expansão de cotas nas universidades públicas, a degradação do meio ambiente e a problemática do assédio.

O congresso, em sua essência, consiste na discussão do chamado Caderno de Textos (e seu anexo), que orienta os caminhos do sindicato para o ano corrente. De maneira geral, cada texto é dividido em duas partes: o texto de apoio (TA), que contém uma argumentação em prol/contra uma certa tese, e o texto resolução (TR), que propõe as ações que o sindicato deve tomar baseado no TA. Os textos então são discutidos no congresso, e apenas os TRs são votados, em duas instâncias diferentes (ver abaixo). Vale lembrar que alguns textos consistem apenas em TAs, sem TRs associados.

O caderno de textos é dividido em 4 grandes temas: I) Movimento docente, conjuntura e centralidade da luta, II) Políticas sociais e plano geral de lutas, III) plano de lutas dos setores, IV) Questões administrativas e financeiras. O tema I, por ser considerado o mais importante, é o primeiro a ser discutido, em uma seção plenária. Os textos são então todos apresentados (esse ano foram 9 textos ao total), e abre-se então inscrições para discussão. Após essa fase (que é longa, pois o número de inscrições é enorme), as contribuições que possuem TRs podem ser defendidas (e até mesmo modificadas ou fundidas) pelos interessados. Ao final, as TRs são votadas umas contra as outras, e vence aquela que tiver mais votos.

A metodologia para os temas II, III e IV é um pouco diferente. Nesses casos, antes de ir às sessões plenárias, os textos são discutidos nos chamados grupos mistos. Nesses grupos, compostos por 40 a 50 pessoas, tenta-se misturar o máximo possível os membros de diferentes seções sindicais, e a diretoria do ANDES então distribui as listas de textos a serem discutidos em cada grupo (muitos textos acabam sendo debatidos em mais de um grupo). Os textos então são avaliados individualmente e, se em pelo menos um grupo, um TR tiver 30% dos votos a favor, ele "sobrevive" para ser discutida na plenária. Como os temas II, III e IV abarcam muitos subtemas, a discussão nas respectivas sessões plenárias acontecem de forma diferente da do

tema I: cada texto é votado independentemente, podendo ele ser aprovado ou rejeitado por maioria simples.

Os debates nas plenárias e nos grupos mistos tem uma dinâmica própria, que vale uma pequena digressão. As falas acontecem por inscrições controladas pela mesa (composta pela diretoria nas plenárias, e eleita entre os presentes nos grupos), até um número máximo (5 inscrições, exceto na plenária do tema I). Se tal número é atingido, ele pode ser estendido mediante aprovação por maioria simples entre os presentes. Quando há alguma suspeita de erro de procedimento (alguma questão que o regimento não deixe claro, pro exemplo) na avaliação de algum texto, pode-se passar aos próximos textos da fila até que a questão fique esclarecida: coloca-se a discussão problemática “no cabide”, no jargão do congresso. Muitos dos textos podem ainda ser fortemente modificados nas sessões, desde simples adições (ou supressões) de itens até fusões e sínteses de diferentes TRs. Essas últimas são as ditas “compatibilizações” de textos, e se chega-se a uma versão final consensual, diz-se então que um novo texto está “consolidado”. Encerrada a fase de debate – ou porque se chegou ao limite de inscritos, ou porque não há mais inscritos – coloca-se o texto em votação. Acontece frequentemente de um dado texto ser aprovado “sem prejuízo de modificação”, e nesse caso passa-se as compatibilizações e consolidações descritas acima. Quando não há nenhum pedido de modificação, após a votação passa-se ao próximo texto.

Por fim, todos os TRs aprovados nas plenárias são agrupados por temas e destacados no relatório final do congresso, que contém ainda as atas de todas as sessões plenárias, uma lista de todos os participantes, e o rateio do congresso.

## Temas específicos

### Carreira Docente nas IFES

Tendo como base o Relatório Final do 37 Congresso do Andes – Sindicato Nacional [1], este texto apresenta um breve relato sobre como o tópico “Carreira Docente nas IFES” foi abordado no último Congresso do ANDES.

O supracitado tópico foi abordado em três textos de resolução: TR 12 e TR 20 (contribuição da Diretoria do ANDES-SN, Tema II); TR 21 (contribuição da Diretoria da AdUNB, Tema III). A partir das propostas apresentadas nos TR 12 e TR 20, os seguintes trechos integraram partes de resoluções aprovadas:

1. Continuar produzindo, no âmbito do GTPE, material de análise sobre formação docente (ENAMEB, residência pedagógica, criação de mestrado e doutorado profissional e a distância, utilização das vagas ociosas do PROUNI e reservas de vagas da UAB, sua relação com a BNCC, entre outros), denunciando essas medidas estratégias de desvalorização do magistério, da carreira docente, aligeiramento da formação docente e transferência de recursos públicos para o setor privado.

2. Elaborar, a partir dos dados coletados, proposta de realização de painel sobre precarização das IFES com destaque para cortes no orçamento, desestruturação da carreira docente e aposentadoria.
3. Denunciar a desestruturação de carreira docente e da consequente tabela salarial promovida pela ação do PROIFES e lutar pela recuperação da carreira docente aprovada no 30º Congresso do ANDES-SN em Uberlândia, no ano de 2011.

O TR 21, propondo que a carreira federal do professorado universitário fosse considerada típica de Estado, foi rejeitado.

Fica evidente que o tópico “Carreira Docente nas IFES” foi objeto de um número reduzido de contribuições dos associados (0), diretorias de seções sindicais (1), seções sindicais (0), e da direção do ANDES (2). Ainda assim, apenas a contribuição da AdUNB apresentou uma proposta de carreira diferente da atual. Já as contribuições da Diretoria do ANDES focaram na desestruturação e recuperação da carreira docente aprovada no 30º Congresso do ANDES-SN.

## Política de Ciência e Tecnologia

A discussão e deliberação sobre Política de Ciência e Tecnologia integrou, no âmbito do 37º Congresso do Andes-SN, o tema 2, intitulado Políticas Sociais e Plano Geral de Lutas. Dois temas perpassaram este debate com muito destaque: a posição do Andes-SN em relação ao Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação e a participação do Andes-SN nos movimentos mais amplos de defesa da Ciência e Tecnologia, como o Conhecimento sem Cortes.

Por sua natureza, Ciência, Tecnologia e Inovação aparecem em diferentes discussões, como naquelas ligadas à sustentabilidade, questões agrárias, urbanas, política educacional e tantas outras. Mas o debate de políticas públicas, como dito, concentra-se no tema 2 e foi alimentado por três Textos de Resolução (TR) principais: TR 16, da diretoria do ANDES, TR49 e TR 43, da diretoria da ADUFRJ, que abordava a temática em três pontos. Além de uma menção específica que aponto para a necessidade de denúncia do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação no TR 19, este no tema 3, que discutia o Plano de Lutas do Setor das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior.

O TR 49 discutia a participação do ANDES em movimentos mais amplos contra os cortes no orçamento da Ciência e Tecnologia e o apoio ao “Movimento Ciência em Cortes”. O TR 49 trazia outras questões relacionadas ao relatório “Um ajuste justo”, do Banco Mundial, e a participação do ANDES na Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE). O TR 49 acabou sendo suprimido por decisões dos grupos de trabalho.

O TR 43, da diretoria da ADUFRJ, trazia três itens sobre a política de C&T: defendia a recomposição do orçamento para CT&I e a reestruturação do Ministério de Ciência e Tecnologia; defendia a luta pela Revogação da Emenda Constitucional 95 (para nós uma questão fundamental para permitir a recuperação orçamentária desejada nas políticas sociais de forma geral e nas políticas de educação, ciência e tecnologia em particular) e o combate à redução dos orçamentos das Fundações de

Amparo à Pesquisa, exigindo o cumprimento dos repasses previstos nas legislações estaduais. O TR43 foi amplamente derrotado nos grupos de trabalho, mas chegou à plenária do tema 2 por ter atingido mais de 30% dos votos de delegados em um grupo. Novamente foi derrotado e, assim, suprimido das deliberações.

Sendo assim, as deliberações do 37º Congresso do Andes-SN giram em torno do TR16, proposto pela Diretoria do ANDES, com algumas alterações. A íntegra pode ser verificada no relatório final do 37º Congresso do ANDES, páginas 150-151. O referido texto final aprovado aponta em duas direções, como antecipamos, e que discutimos abaixo.

Primeiro, há o reconhecimento de movimentos como o Conhecimento sem Cortes, capitaneado pela ADUFRJ, SBPC, ABC e outras Ad's. Isto se reflete na indicação clara de “construir unidade de ação com outros movimentos pela recomposição e ampliação do orçamento do complexo público de C&T”. Este direcionamento, no entanto, é bastante crítico, como deixaram transparecer os debates no Congresso, com restrições especialmente à SBPC, insistindo que esta unidade a ser construída deve ter como condição a concepção do Andes sobre Universidade e o uso de seus materiais sobre Ciência e Tecnologia. As propostas de intervenção nos eventos da SBPC, como ocorrido em 2017, mostram a tensão deste relacionamento. Há ainda a ênfase no caráter público da Ciência e Tecnologia, rejeitando claramente a aproximação com a iniciativa privada. Explicitamente sugere-se que a defesa do orçamento de C&T seja expressa *pari passu* com a rejeição de qualquer hipótese de sua privatização, como se esta questão fosse negligenciada ou defendida pelos movimentos existentes. Um extrato da chamada “Carta de Salvador”, promulgada pela diretoria do Andes-SN ao final do encontro, explicita esta posição:

À luz dos princípios orientadores do projeto de universidade mencionados no Caderno 2, os(as) participantes do 37º Congresso realizaram intenso debate sobre política educacional e de ciência e tecnologia nas circunstâncias da agenda regressiva em curso. Refirmaram, nessa seara, a unidade de ação com diversos movimentos que vêm se pronunciando contrariamente aos cortes nos orçamentos da educação superior e do complexo público de C&T. Deliberaram pelo fortalecimento do Movimento pela Ciência e Tecnologia Pública (MCTP) e pela intervenção em espaços como “Marcha pela ciência”, “Fórum Social Mundial”, “Reunião da SBPC” com atividades que garantam ampla discussão dos materiais produzidos pelo Sindicato e decidiram intensificar o debate sobre o sistema de avaliação da CAPES e sua relação com a pesquisa, a extensão e a pós-graduação em seminários nacionais e locais.

Este avanço crítico em relação a uma unidade com outros movimentos fica ainda mais claro no segundo aspecto que destacamos: a visão do Andes-SN em relação ao Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação. O Congresso reiterou a visão contrária ao Marco por parte do Andes-SN, que tem sido largamente difundida pelos materiais do GT de Ciência e Tecnologia. Sem reducionismos, podemos dizer que esta posição se assenta em dois elementos fundamentais: o Marco Legal seria uma brecha para o fim da dedicação exclusiva, dada a flexibilidade que ela traz para atuação de professores em projetos de inovação, sendo, assim, uma ameaça à nossa carreira; e, ao permitir associações com empresas privadas, investimentos mútuos,

compartilhamento de recursos, uma porta para a mercantilização da pesquisa e, assim, para a privatização das Universidades.

Neste sentido, os desdobramentos recentes, com a regulamentação do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, em decreto promulgado no dia 08 de fevereiro, com participação e apoio de muitas sociedades científicas mostra que os dois principais movimentos apontados no 37º Congresso do Andes, de fato, terão muita dificuldade de avançar conjuntamente. A aplicação do Marco Legal no âmbito de cada Instituição de Ensino Superior será o desafio mais imediato desta concepção.

## Assédio

A problemática do assédio - moral e sobretudo sexual - ganhou certa projeção no 37º Congresso em função de fato passado durante o encontro anual anterior, o 36º Congresso. Houve, então, denúncia da ocorrência de atos perpetrados contra mulheres no próprio espaço do evento, o que levou a diretoria do ANDES a acolher proposta de criação de uma comissão para analisar os casos e a programar debates “sobre a incorporação de pautas étnico-raciais, identidade de gênero e orientação sexual no desenvolvimento da carreira e nas condições de trabalho” (Carta de Cuiabá, 2017).

A proposição de regimento apresentada para o 37º Congresso trouxe como novidade “a criação da Comissão de Enfrentamento ao Assédio nos Congressos e CONADs do ANDES-SN como instrumento para fazer frente a todas as formas de violência contra a mulher, o assédio moral e sexual, a LGBTfobia, a homofobia, o racismo, a xenofobia, o etarismo e todas as formas de preconceito nesses espaços organizados pelo Sindicato” (Carta de Salvador, 2018). Aprovada sem alterações na plenária de abertura, a proposta previa encaminhamento das representações recebidas e estratégias educativas de prevenção ao assédio e demais opressões, bem como possíveis penalidades a serem aplicadas. O âmbito de funcionamento da comissão, porém, se restringia ao Congresso, estendido apenas ao CONAD quando realizado.

No Caderno de Textos, divulgado com antecedência para nortear as discussões durante o Congresso, menções ao problema do assédio são encontradas no Texto 12 e no texto 40, ambos classificados no Tema II (políticas sociais e plano geral de lutas).

O Texto 12, “Ampliar os esforços para barrar os ataques à educação e às instituições de ensino superior públicas” (relativo à política educacional e cuja autoria é da diretoria do ANDES,) ao referir-se à chamada Lei da Mordada nas escolas (o projeto Escola sem Partido), afirma que “essa lei não foi derrotada (...) simultaneamente aumenta o número de casos, nos diversos estados brasileiros, em que docentes de diferentes níveis de ensino, grupos ou núcleos de pesquisas, de estudos e de extensão de IES vêm sofrendo perseguições, assédio moral, processos administrativos e ações de ministérios públicos, direta ou indiretamente relacionados ao patrulhamento ideológico”. No entanto, a TR 12, que dá

propositividade ao texto, não faz nenhuma referência à importância de monitorar e denunciar o assédio, tanto o assédio sexual que eventualmente venha a acontecer na esfera das universidades como o assédio moral, que tem vitimado professores por conta de ações, por vezes abusivas, dos órgãos federais de controle (TCU, AGU, etc).

Redigido por sindicalizados da APUB (Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia), o texto 40, “Em defesa das lutadoras e lutadores que estão sofrendo assédio, perseguição, repressão e criminalização”, embora se atenha mais especificamente a opressão sofrida por mulheres, negros, indígenas e militantes LGBT, chama a atenção para a necessidade de mobilização de recursos para assessoria jurídica dos atingidos. A TR 40 explicita proposta nesse sentido, sugerindo “que o ANDES-SN, em caráter emergencial, constitua uma comissão interna que ficará responsável pelo levantamento, acompanhamento e denúncia dos casos de assassinatos, perseguições, investigações, judicializações e criminalizações de caráter político promovidos pelos aparelhos repressivos do Estado ou por grupos reacionários organizados dentro e fora das Universidades com o fim de repressão e cerceamento da liberdade de investigação, de ensino, de aprendizagem, de mobilização e de luta” (Anexo ao Caderno de Textos, 2018).

A proposição acima foi transformada em resolução do Congresso (resolução nº 18 do sub-item II – Política de formação sindical -, do Relatório Final do Tema II, Políticas Sociais e Plano Geral de Lutas), e vem desdobrada nos seguintes pontos: 18.1 – Que a comissão apresente relatório preliminar das atividades realizadas no próximo CONAD; 18.2 – Realização de campanha de solidariedade às instituições violadas, UFMG e UFSC, e aos professores e às professoras, bem como de denúncia ampla das arbitrariedades cometidas, como conduções coercitivas e prisões injustificadas.

No sub-item IV (Política de Classe para as Questões Étnico-raciais, de Gênero e Diversidade Sexual), há três resoluções aprovadas com relação ao problema do assédio. A primeira indica que o ANDES deve pautar, junto a instituições como ANDIFES, CRUB e outras, o debate sobre denúncias de assédio moral e sexual nas instituições de ensino. A segunda insta as sessões sindicais a lutar, junto com o movimento estudantil e técnico-administrativo, nas instituições de ensino, via conselhos superiores, pela criação de espaços para receber denúncias e acolher as vítimas de assédio sexual e moral; e a terceira sugere a elaboração de uma cartilha para subsidiar o debate sobre o combate e as formas de denúncia de assédio sexual e violência de gênero, racismo, LGBTfobia e outras formas de perseguição e preconceito.

Finalmente, cabe mencionar a deliberação tomada pelo Congresso de inserir uma alteração no estatuto do sindicato, no sentido de incluir definitivamente um título sobre Comissão de Enfrentamento ao Assédio nos Congressos e CONADs do ANDES-SN, descrevendo sua composição, suas finalidades e estratégias de ação, nos moldes estabelecidos pelo regimento do 37º Congresso.

## Cotas

O sistema de cotas é um tipo de ação afirmativa em que uma parcela das vagas postas em uma determinada disputa é reservada a um grupo racial e/ou social como forma de reparar uma situação de discriminação da qual este grupo seja ou tenha sido alvo no passado. Embora exista hoje um entendimento bastante prevalente na sociedade brasileira de que as políticas de cotas são necessárias para promover a inclusão social, o início do processo de implementação destas políticas encontrou forte resistência de grupos que questionavam a adequação moral e mesmo a constitucionalidade de se promover o favorecimento de algum grupo social, mesmo em situação de aparente desvantagem, em relação ao conjunto dos cidadãos brasileiros. A constituição brasileira reconhece explicitamente apenas a necessidade de cotas para o preenchimento de cargos públicos por pessoas portadores de deficiência, mas uma decisão unânime do Supremo Tribunal Federal de 2012 favorável à adoção de cotas para negros em universidades públicas, afirmou a compreensão de que este tipo de ação afirmativa era plenamente compatível com a Constituição de 1988.

As políticas que reservam um percentual de cotas para estudantes negros e índios e para alunos de escolas públicas foram progressivamente sendo implantadas nas universidades brasileiras que realizam vestibulares isolados ou no âmbito no sistema SISU. As políticas de cotas, no entanto, não se restringem à reserva de vagas para estudantes nas universidades, mas podem abranger também a adoção de reservas para ocupação de postos de trabalho no serviço público ou não. A esse respeito foi aprovada do 37º Congresso do Andes a Resolução de número 14 da seção VI – Políticas de Classes para Questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual, que deliberou: Lutar pela aplicação da Lei 12.990/2017 (Lei de cotas no serviço público), defendendo a sua aplicação sobre o total de vagas dos editais lançados pela universidade, garantindo assim a efetiva aplicação da lei e a mudança no perfil étnico-racial docente das instituições de ensino no âmbito das lutas pela democratização e diminuição das desigualdades sócio-raciais.

No 37º Congresso do Andes foram discutidos outros temas relacionados a cotas conforme citado a seguir.

O grupo mais intensamente considerado foi o dos negros, não apenas pelo reconhecimento progressivo na sociedade brasileira da premência de ações de resgate das dívidas históricas do Brasil com sua população negra, mas também pela oportunidade do Congresso estar sendo realizado em Salvador, cidade citada já nos discursos de abertura como a “capital da resistência” nas questões de igualdade racial. Foi especificamente discutida a necessidade de se implementar um sistema de cotas para preenchimento de cargos de professores de universidades públicas.

Foram citados casos isolados de implantação destas políticas e pontuado que ainda são muito raras as instituições que a realizam. Infelizmente não se chegou a discutir de que forma tal política poderia ser implementada, considerando-se a tendência de setorização dos concursos para docentes em áreas cada vez mais especializadas. Foi também discutida a necessidade de se ampliar a reserva de vagas para alunos de pós-graduação negros. Foi apresentado no Congresso o vídeo “Narrativas Docentes - Memória e Resistência Negra” produzido pelo Grupo de Trabalho Política de Classe para as questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade

Sexual (GTPCEGDS) com depoimentos de professores negros sobre suas trajetórias e desafios.

Também foi bastante abordada no 37º Congresso do Andes a questão das cotas para pessoas com deficiência física. Foi notada a ausência de políticas específicas de acessibilidade nas universidades mesmo após a regulamentação em 2017 da Lei 13.409/2016, que cria cotas para pessoas com deficiência. A mudança na legislação determinou o ingresso de um número importante de estudantes com deficiência, sem que houvesse liberação de verbas específicas para adaptações da estrutura física e nem oferta de vagas de concursos para professores e técnicos capacitados para lidar com a nova realidade.

Finalmente houve uma discussão sobre a paridade de gênero na composição da diretoria do próprio Andes. A proposta de estabelecimento imediato da obrigatoriedade de representação de 50% para mulheres não foi aprovada. Ao invés disso, prevaleceu a disposição de implementar essa decisão no futuro, o que foi substanciado pela aprovação do seguinte texto: Que o GTPFS e o GTPCEGDS, em articulação com as seções sindicais, realizem debates sobre a paridade de gênero na composição da Direção Nacional como política do ANDES-SN, com vistas à apreciação pelo 63º CONAD.

## Meio Ambiente

O ambiente é uma questão moderna: um problema das sociedades industriais avançadas. Seus pressupostos são: a relação sociedade-natureza tende ao desequilíbrio e a uma ruptura ecológica resultante da expansão econômica; a percepção humana sobre o ambiente modula dilemas ecológicos das nações industriais avançadas. O tema é extremamente relevante para o debate entre professores universitários porque tem como traço marcante o caráter científico e técnico na formulação das interrogações e posicionamento nos conflitos sociais. O ambiente configura interações conflitivas e prolongadas entre pessoas, ideias, instituições e objetos materiais. As interpretações e as ações decorrentes das relações sociedade-natureza abrangem fenômenos como: mudanças climáticas, armas biológicas, clonagem de mamíferos, pesticidas, alimentos geneticamente modificados, novas tecnologias reprodutivas, perda de biodiversidade, príons, amianto, técnicas de miniaturização e crescimento da internet. Ou seja, bases materiais biofísicas da existência humana.

No cenário latino-americano as disputas em torno da biodiversidade adquirem centralidade (ao invés da degradação, a conservação) e envolve distintos agentes sociais universidades, ONGs do hemisfério norte, jardins botânicos e empresas até os recentemente criados institutos para a biodiversidade no Terceiro Mundo, comunidades e ativistas locais. Assim, a luta pelo território levada a cabo por grupos étnicos é um movimento por autonomia e pela autodeterminação. A mobilização para exercer o controle sobre os usos da biodiversidade contida nos seus territórios constitui um fator imprescindível para a sua sobrevivência cultural e política. Relações desiguais de poder, inerentemente conflitivas se desdobram em uma agenda específica o multiculturalismo, direitos indígenas e ambientais e

desenvolvimento de uma concepção global descolonizada. No Brasil, existem intensos conflitos ambientais, desde os conformados a partir das oposições entre os povos tradicionais e grandes projetos de desenvolvimento, passando pela poluição em espaços urbanos até o processo conflitivo que envolve trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda.

Partidos políticos, a mídia, os grupos organizados e o poder público participam de um permanente processo de debate sobre meio ambiente. A definição dos problemas, das prioridades resultam de disputas poder. As condições diferenciadas de participação propiciam vantagens para certos agentes sociais e, no limite, o silêncio de outros. Esse processo de "filtragem" de fenômenos e conflitos ambientais ocorreu no Congresso do Andes. No "funil" pragmático ("lutas da classe"), o aquecimento global e marco ambiental (em discussão no Congresso Nacional) não passaram, em compensação a "luta contra a transposição do Rio São Francisco" foi mencionada em teses e aprovada como resolução. Orientados por uma visão muito restrita dos conflitos ambientais, a direção do Andes "selecionou" as "lutas", a partir da combinação "movimentos sociais-temas" (os movimentos foram "os indígenas" (assim mesmo, como se fosse um único ente e o MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens e as "causas" "as terras", "o capital minerador", "o agronegócio", o "monopólio da água") mais visíveis e deixou de considerar as tensões que são relevantes, mas sequer "aparecem" nas mídias comerciais e especializadas.

Consequentemente, a mistura envolveu povos indígenas, rio São Francisco, monopólio da água, fórum das águas, os seis biomas e o desmatamento da floresta amazônica. Assim mesmo (como se a Amazônia não fosse um dos biomas). Adicionalmente, foram considerados: o "capital minerador" e nessa sequência a RENCA; a demarcação das terras indígenas, quilombolas e povos tradicionais; resistência às investidas do agronegócio em terras indígenas; denúncias e exigência de reparação relativa ao rompimento da barragem do Rio Doce; reforma agrária e reforma urbana popular. Temas relevantes desde os mais tradicionais como: registro de agrotóxicos, limites de exposição; rotulagem; propaganda e comercialização de alimentos ultraprocessados até os óbvios e extremamente polêmicos como os incentivos à indústria automobilística e seus efeitos ambientais e a necessidade de revisão do Código Florestal não compareceram aos debates do Congresso. Essa restrição de enfoque tem consequências para a "luta" de professores universitários. Quando movimentos sociais (ambientalistas, sindicalistas, povos tradicionais) e pesquisadores do tema não são convocados a contribuir e participar, o meio ambiente torna-se um assunto externo, um apêndice e como tal instrumentalizado.

## Desdobramentos

Esperamos que esse relato incompleto, que não reflete a diversidade e profundidade dos debates e interrogações sobre os desafios da representação sindical dos docentes das IFES, seja devidamente criticado e complementado. Os esforços iniciais para apresentar uma sistematização, necessariamente provisória, da experiência de participação no 37º expressam a necessidade e o compromisso de

diálogo e prestação de contas bem como poderão estimular desdobramentos, tanto para o aprimoramento da atuação da AdUFRJ no cotidiano da UFRJ, quanto para ampliar relações com docentes universitários do país.